



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE
DIRETORIA DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, COM ÊNFASE EM ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA O
SEMIÁRIDO PARAIBANO
CAMPUS III - SUMÉ- PB

**A INOVAÇÃO COMO UM INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

Allyson da Silva Prata

ALLYSON DA SILVA PRATA



**A INOVAÇÃO COMO UM INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO SEMIÁRIDO
PARAIBANO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em
Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como
pré-requisito para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Msc. Luiz Antonio Coêlho da Silva



P912i Prata, Allyson da Silva.

A inovação como um instrumento para o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos solidários no semiárido paraibano. / Allyson da Silva Prata. - Sumé - PB: [s.n], 2013.
48f.: il.

Orientador: Prof. Ms. Luiz Antonio Coêlho da Silva.

Monografia (Especialização) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária do Semiárido Paraibano.

1. Aquaponia. 2. Economia Solidária. 3. Tecnologia social. I. Título.

UFPG/BS

CDU: 37:334.73(043.3)

ALLYSON DA SILVA PRATA

**A INOVAÇÃO COMO UM INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO SEMIÁRIDO**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase na Economia Solidária no Semiárido Paraibano, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: 30/09/2013

Nota: 10

BANCA EXAMINADORA



Prof. Orientador M. Sc. Luiz Antonio Coêlho da Silva (CDSA-UFCG)

Orientador

Profª. M. Sc. Adriana de Fátima Meira Vidal (CDSA-UFC)

Examinadora



Profª. Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima (CDSA-UFCG)

Examinadora

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por estar sempre tão presente na minha vida e por ter me concedido mais uma Graça, através do conhecimento.

Aos meus pais, Lourdes e Antonio, por tudo o que sou.

À minha família, em nome de meu tio Efigênio e de minha prima Amanda.

À Israel, a quem desejo uma Educação plena.

Aos amigos, que sempre estiveram comigo.

Aos colegas de trabalho.

Ao meu Professor M. Sc., Luiz Antonio Coêlho da Silva, meu orientador, por toda a sua contribuição à minha formação como especialista em Economia Solidária.

Aos nossos professores, em nome da Coordenadora, Prof^a Dra. Lenilde Mérgia Ribeiro Lima.

Ao membros da Associação de Psicultores de Ouro Velho, em nome de seu Vice-Presidente, José Genival de França, pela recepção à nossa pesquisa.

Aos colegas de uma caminhada: Marizelna, Augusta Roberta, Rosemere, Robéria, Ezequiel Sóstenes, Maricélio, Sânzio, Norma, Jorge, Ivandro...

A todos aqueles que acreditam na força de uma Economia Solidária.

RESUMO

Falar sobre a inovação como um instrumento de desenvolvimento para os empreendimentos solidários no semiárido paraibano vem a ser um ponto primordial neste trabalho. Nessa perspectiva, o objetivo geral é analisar o cotidiano da Associação de Pescadores de Ouro Velho - PB, identificando e elencando as características que definem o modo de trabalho vivenciado pelos associados e/ou cooperados e as formas pelas quais se regem os caminhos onde o negócio é trabalhado. Já os objetivos específicos são: explicar o associativismo como motor de inclusão participativa; propor inovações que possam desenvolver ainda mais o modo de produzir, como o que a associação pesquisada utiliza hoje; propor meios pelos quais eles podem articular melhor os modos de trabalho e tendo uma maior renda por conta disso. Por isso, em propostas específicas de inovação, propõe-se trabalhar o uso das tecnologias sociais como um instrumento de desenvolvimento sustentável; a cultura da aquaponia e produções associativas; e a Educação de Jovens e Adultos em um contexto social, econômico e cultural. Possui uma metodologia do tipo descritivo exploratório, de natureza qualitativa, e com o uso do estudo de caso, com anotações no diário de campo do pesquisador. De forma geral, os produtores associados poderão melhor trabalhar a sua produção, sem que para isso tenham que investir em artefatos sem necessidades, ocupar todos os hectares de sua terra ou abandonar a sua moradia na busca de outras oportunidades. Agindo de modo sustentável, primar por ações que melhor orientem o seu trabalho e incentivos físicos, técnicos e financeiros do governo federal, o produtor terá maiores chances para fazer de sua plantação, por exemplo, um negócio altamente rentável.

Palavras-chave: Aquaponia, Economia Solidária, Tecnologia Social.



SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	05
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	09
2.1 CONCEITOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	09
2.1.1 Um recorte histórico.....	12
2.1.2 O associativismo como motor de inclusão participativa.....	14
2.1.3 O semiárido e o cenário da agricultura em novas conquistas sociais.....	17
3 EDUCAÇÃO E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS.....	18
3.1 A EDUCAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES.....	18
3.2 A IMPORTÂNCIA DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E SEUS SIGNIFICADOS PARA AS RELAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	21
4 METODOLOGIA.....	24
5 ESTUDO DE CASO.....	25
5.1 A ASSOCIAÇÃO DE PISCICULTORES DE OURO VELHO/PB.....	25
5.1.1 Conhecimento e análise das práticas solidárias.....	27
5.2 AS TECNOLOGIAS SOCIAIS E SUAS INOVAÇÕES.....	33
5.3 A UTILIZAÇÃO DA AQUAPONIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO.....	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	39
APÊNDICES.....	40

INTRODUÇÃO

Compreender a economia solidária como um fator que vem fazendo o diferencial em comunidades em diversas partes do mundo nos levou a pesquisar as formas pelas quais os empreendimentos solidários vêm se desenvolvendo no semiárido paraibano, uma região que não oferece muitas oportunidades de trabalho, mas que, no entanto, vem apresentando significativos índices de empresas que estão sendo criadas segundo o regimento de ações populares.

Já é notável a atenção que tais empreendimentos estão atraindo do mercado. É óbvio que a força que as cooperativas possuem ainda é pequena, se formos olhar pelo ângulo econômico. Mas, as formas pelas quais a economia solidária define esses empreendimentos é que torna a análise ainda mais interessante. Assim, as relações sociais e as formas de organização que caracterizam estes empreendimentos é que irão nortear esta pesquisa e, principalmente tentar perceber os significados que a economia popular pode trazer para o desenvolvimento de comunidades até então alheias à força do capitalismo, excludente e globalizado.

Quando se fala em capitalismo, é notório que essa forma de se vivenciar a economia vem em encontro contrário às relações de produção, compra e venda do modo econômico analisado na pesquisa. Por isso mesmo, é interessante notar o impacto que há entre esses dois ramos econômicos, numa dialética que estará presente em diversos pontos da pesquisa.

Assim sendo, tem-se a convicção que analisar os empreendimentos solidários vai muito além de explicar as relações vivenciadas no dia a dia de associações, cooperativas ou reunião de produtores individuais. Para que se possa entender como o momento atual de criação de alternativas solidárias, precisa-se saber não só os sinônimos de uma economia solidária, mas também, o que motivou a sua criação, os seus propósitos e até onde se pode chegar se as populações conceberem os espaços necessários para o desenvolvimento dos empreendimentos solidários.

Portanto, para que esses empreendimentos possam se desenvolver, um primeiro ponto já foi destacado: o apoio político e social. Afinal, sabe-se que para ser possível se desenvolver, é preciso (além da força de trabalho da produção e do conhecimento de técnicas administrativas de autogestão) o apoio por parte das comunidades e também dos governos, em formas de incentivos para a valorização do empreendimento, e que muitas vezes apresenta

uma qualidade paralelamente igual ou até mesmo superior aos produtos que estão à frente no mercado capitalista.

É importante ainda se destacar que, ao falar em qualidade, não discorre-se apenas acerca do ponto de vista do consumidor. Na atualidade, muitas discussões se concentram no tema desenvolvimento sustentável. E é verdade que os empreendimentos solidários se apresentam como negócios que valorizam o bom uso dos recursos naturais, seja na exploração do solo, das águas ou de demais riquezas do meio ambiente sem explorar ilimitadamente a sua matéria prima.

A Educação de Jovens e Adultos também se apresenta nesse projeto, pois é uma modalidade de ensino que vem a contemplar o público que precisa de um maior acesso à educação, para que assim tenham melhores condições de usufruir do seu campo de trabalho da melhor forma possível.

Este trabalho se justifica pela curiosidade do pesquisador e pela contribuição acadêmica do tema. Além disso, há a curiosidade pelas técnicas agrícolas inovadoras que estão sendo o diferencial em muitos empreendimentos, unindo a criatividade à garantia de um desenvolvimento sustentável e uma melhor renda para os indivíduos que vivem dos espaços nos quais são cooperados.

Neste contexto, a problemática geral deste estudo foi: como analisar os impactos positivos que o uso das tecnologias sociais podem trazer para as associações e/ou cooperativas do semiárido paraibano?

Ao se explanar o desenvolvimento sustentável, nada melhor que discutir as formas pelas quais a agricultura pode ser exercida, em duas frentes: uma que garanta o bom uso da terra, e outra que forneça ao produtor os meios necessários para que a compensação de seu trabalho seja plena. Para isso, o conhecimento de novas práticas de plantação, adubagem e irrigação podem ajudar na hora de se produzir, e de se ter o retorno do que se investiu, de maneira que mantenha a agricultura como uma das principais fontes de renda da economia mundial, só que valorizando o meio ambiente.

Por isso, tem-se como objeto de estudo, a Associação de Pescadores do município de Amparo, cidade localizada no Cariri Ocidental paraibano, há 314 Km da capital, João Pessoa. A associação, que funciona na zona rural da cidade, trabalha com a criação de peixes para a venda, e vem mudando a vida dos associados em uma região onde não se tem muitas oportunidades de emprego.

O objetivo geral deste trabalho é analisar o cotidiano da Associação de Pescadores de Amparo - Paraíba, identificando e elencando as características que definem o modo de

trabalho vivenciado pelos associados e/ou cooperados e as formas pelas quais se regem os caminhos pelos quais o negócio é trabalhado. Como objetivos específicos têm-se: explicar o associativismo como motor de inclusão participativa; analisar inovações que possam desenvolver ainda mais a produção que a associação pesquisada tem hoje, propor meios pelos quais eles podem articular melhor os modos de trabalho e tendo uma maior renda por conta disso. Por isso, em propostas específicas de inovação, trabalhou-se com o uso das tecnologias sociais como um instrumento de desenvolvimento sustentável; a cultura da aquaponia e produções associativas; e a Educação de Jovens e Adultos em um contexto social, econômico e cultural.

2 ECONOMIA SOLIDÁRIA

2.1 CONCEITOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

É interessante notar o que se fala e o que se percebe como Economia Solidária. Uma modalidade econômica que se posiciona de maneira contrária ao sistema capitalista ou um modo de vida, relações sociais e/ou empreendedorismo? Buscar nessa reflexão as respostas necessárias a um entendimento mais amplo sobre a questão é tentar entender os caminhos que percorrem atualmente a solidariedade dos empreendimentos econômicos, seus significados e o impacto que se apresenta de forma cada vez mais recorrente em mercados regionais.

Dessa forma, identifica-se a economia solidária como inovadora, com propostas que valorizam em primeiro lugar as oportunidades de trabalho, e não a acumulação de capital. Na economia solidária, o que conta é a união, não a competitividade. E esse entendimento deve estar na linha de frente de todas as associações. Pois, é primordialmente necessária para que seja possível dispor de comportamentos que tragam aos associados ações inerentes ao desenvolvimento de um empreendimento cooperado. A esse respeito, em suas análises Singer (2002) é categórico:

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir (SINGER, 2002, p. 09).

Ao iniciar a discussão a partir deste entendimento, percebe-se a importância dos conceitos de uma economia realmente solidária, que leve em consideração os aspectos de uma conduta popular como comportamento primordial para o sucesso de empreendimentos cooperados que, além de atribuir a todos os membros o poder de decisão aos rumos do negócio, ainda precisa de trabalho em equipe para manter os objetivos de perpetuação e desenvolvimento do negócio.

Segundo as premissas vivenciadas pelo capitalismo, a força de trabalho é uma mercadoria, a qual se paga por ela tendo em vista o produto final. Já para a economia solidária, a força de trabalho passa por uma visão humanista, onde a mão de obra é valorizada pelo grupo. Essa mão de obra é remunerada não apenas financeiramente, mas ainda pela valorização do trabalho e pela satisfação em ver o produto final, onde se é patrão e empregado

de si mesmo. Dessa forma, o capital não é o chefe da produção. Para que a popularidade se faça presente na economia, os trabalhadores são detentores dos meios de produção e têm poder sobre todas as etapas do trabalho empregado.

Para Adam Smith (1776), o desenvolvimento das nações dependia do empreendimento, impregnado na busca por melhorias dos seus indivíduos. Pensando a partir deste ponto, compreendemos que a força de trabalho, se direcionada de forma correta, em benefício próprio, ainda pode beneficiar toda a coletividade. Isso porque, o auto interesse de um dado indivíduo pode levar ao desenvolvimento de todo o grupo, onde as ações que objetivam o crescimento econômico vêm a se integrar.

Pensando dessa mesma forma, obras como as de Singer (2003), que trata bem sobre a questão de associações como alternativas de trabalho para indivíduos que muitas vezes possuem as mesmas limitações e buscam as mesmas oportunidades, dão continuidade e motivação teórica aos conceitos já descritos em séculos anteriores quando já se questionava as fundamentações edificadas pelo capital. Seguindo a análise de Singer (2003), observa-se:

Face à realidade do mercado que encontramos, com uma exigência cada vez maior do perfil profissional, e das dificuldades advindas da própria restrição no mercado, é importante buscar alternativas de trabalho para que as instituições de reabilitação profissional, as organizações não-governamentais de pessoas com deficiência, bem como grupos organizados de pessoas com deficiência possam lidar com a questão da inserção no mercado de trabalho (SINGER, 2003, p. 239-240).

Na consideração citada acima, além da constatação das limitações impostas pela competitividade e profissionalização cada vez mais inerentes ao advento de uma economia de exclusão, encontra-se na figura do deficiente uma representação de outras figuras que engrossam a categoria daqueles que precisam buscar alternativas que contemplem os objetivos comuns. Fala-se das mulheres, dos excluídos etnicamente, por questões sexuais, os analfabetos, os já considerados idosos, enfim, os que não interessam mais a algumas instâncias do trabalho que pedem maior agilidade e conhecimento em suas frentes.

Então, ao estudar sobre as considerações de Smith (1776) e Singer (2002), comparando a época em que as obras foram escritas e as questões que foram levantadas em ambas, consideramos que há muito tempo a observância sobre o empreendedorismo através de oportunidades vistas em alternativas de trabalho podem unir forças em nome de interesses individuais que, por sua vez, associados, tornam-se coletivos, beneficiando internamente e externamente os envolvidos no processo.

Nessa dialética, identifica-se que a criação de associações e cooperativas vem a ser uma dessas alternativas, que confirmam que uma outra economia é possível, desde que seja fundamentada por práticas inovadoras que encontrem na força de trabalho a principal ação a ser exercida em prol do desenvolvimento coletivo.

Ainda seguindo tal ideologia, a liberdade em ser, criar e fazer também merecem destaque nos espaços de comportamentos da Economia Solidária. O indivíduo passa a ser o próprio autor de sua história, de seu trabalho e de sua produção. Cada um sabe o que foi investido e o lucro é dividido por igual, segundo a produção de cada um. Essa renovação nos meios de trabalho vem atraindo a atenção não apenas daqueles que estão desempregados, mas também dos que procuram novas formas de se produzir, que não estejam tão sujeitas ao capital. Por se apresentar de forma popular, a economia solidária abre espaço para trabalhos que versam pela simplicidade. O trabalho trata da definição socioeconômica destes empreendimentos, os seus significados e as transformações que podem fazer na vida de populações em estado de vulnerabilidade social.

A esse respeito, encontra-se embasamento nas considerações de Abrantes (2004), que ao falar sobre motivação, acaba definindo os comportamentos e as situações que levam indivíduos a optar por um trabalho que responda aos seus anseios socioeconômicos:

Nada se pode fazer para motivar as pessoas, pois elas já são motivadas por si só. A motivação vem de dentro de cada um, e pode-se apenas facilitar as coisas de forma que cada um, com o seu comportamento e personalidade, a utilize da melhor forma. No entanto, se por um lado é difícil ou impossível motivar uma pessoa, em contrapartida é muito fácil desmotivá-la (ABRANTES, 2004, P.12).

Talvez tenha sido nesse contexto que o capital tenha vindo a desmotivar as pessoas. Pesquisas realizadas já demonstram há algum tempo que pessoas abandonam o serviço assalariado para assumir um novo trabalho, um trabalho que valorize sua mão de obra, que leve em consideração o crescimento social das pessoas. Já a oportunidade de criar, lançar novas propostas e ser detentor de todos os processos de uma produção, por exemplo, motiva os indivíduos, os desafia e os provoca a enfrentar outros obstáculos.

Dessa forma, não é necessário apenas conhecer as definições de uma economia solidária, mas principalmente por em prática as ações e comportamentos que demonstram o compromisso com uma economia popular, comunitária e inclusiva. Para isso é preciso unir os aspectos autogestionários, que levem em consideração as limitações e acessibilidade locais e, acima de tudo, que garantam o desenvolvimento sustentável do meio ambiente, encontrando

assim no meio natural as riquezas necessárias para criar, produzir e agradar o mercado que pede e precisa de melhores formas de se explorar a terra, o solo e a água, por exemplo.

Assim sendo, o conceito que Marx (1867) eternizou foi a Lei do Valor, que começou a ser vista como nem tão eficaz, já que nem sempre o preço corresponde ao valor do produto. Portanto, pode-se usar esse conceito para melhor entender a valorização à força do trabalho. Será que os operários estavam sendo bem remunerados nas primeiras indústrias que protagonizaram a Revolução Industrial no século XVIII? E nos dias atuais, a mão de obra encontra ambientes que valorize o seu trabalho?

Encontram-se respostas para tais indagações na obra de Araújo (1998, p. 59), que diz “a objeção que normalmente se faz a esta teoria é a de que não leva em conta todos os fatos que entram na produção de um bem. Ou a de que não leva em conta o trabalho qualificado”. Assim, percebe-se que nem todos os fatos são contados no valor do produto.

As associações solidárias levam em consideração todo o processo participativo dos indivíduos na produção. Os valores são melhor definidos. E a condição de autogestão fornece aos associados a oportunidade de participar de todas as etapas de um negócio a ser realizado. Então, as relações solidárias se apresentam de forma mais valorosa, e por isso vem atraindo a criação de novos empreendimentos nessa modalidade econômica.

2.1.1 Um recorte histórico

Buscar no passado respostas para muitas indagações que temos ao tentar entender o atual momento em que se encontra a nossa economia pode melhor nos ajudar a perceber os acontecimentos que nos trouxeram até aqui, levando em consideração as épocas vivenciadas e as situações que fizeram eclodir entre as camadas populares as manifestações e os ideais que levaram ao encontro de uma economia de inclusão, participativa e de inovação.

Voltar o nosso pensamento para a primeira Revolução Industrial pode servir como norte para chegar até as respostas procuradas. Com o advento da máquina, situações de exclusão causada já em séculos anteriores começaram a se acentuar, pois os postos de trabalho começaram a ficar cada vez mais escassos e, revivendo as leituras de O Capital, de Karl Marx (1867), chega-se a considerar todos os aspectos que se relacionaram durante aquele momento, através de situações que elencavam os significados que a classe dominante entendia pelo acúmulo de capital em suas indústrias.

Nessa perspectiva, não havia trabalho para todos. Mas quem se mantinha em uma das poucas vagas teria que trabalhar por horas a fio. A defesa para este comportamento estava descrito em teorias encontradas em diversos teóricos, entre eles Adam Smith (1776), como podemos ver a citação de Huberman (2010):

Esse argumento de que a limitação das horas de trabalho interferia na liberdade natural do homem era muito importante. Foi usado repetidas vezes na América e na Inglaterra. Os industriais que o levantaram (e é bastante curioso que os trabalhadores não se importassem em ter seu direito natural, sob esse aspecto desrespeitado) inspiraram-se no grande economista Adam Smith, o apóstolo do *laissez-faire* (HUBERMAN, 2010, p. 148).

E nessa proposta de que o mercado deveria fluir livremente, com a expansão do capitalismo a economia não contemplava os direitos humanos, pensando exclusivamente no acúmulo do capital. Na citação acima, Huberman (2010) trata muito bem sobre isso, ao frisar que usando conceitos como a valorização das oportunidades de trabalho, o operário deveria otimizar cada vez mais o seu tempo, para produzir mais e assim corresponder aos índices esperados com o tempo empregado no trabalho.

Já o questionamento supracitado pode ser explicado através da teoria da mais valia. Afinal, o trabalhador submetido aos interesses da classe dominante acaba por possuir um único bem, a sua força de trabalho, que por sua vez não era remunerada segundo o tempo empregado na produção. Assim, o trabalhador tinha que trabalhar cada vez mais para garantir o seu sustento e o da sua família, que em muitos casos, era apenas o de subsistência.

Um sistema semelhante também é identificado no feudalismo medieval. Através das relações de suserania e vassalagem, a classe dominante acaba por se apropriar da força de trabalho dos indivíduos, que tinham que se sujeitar às “regras do jogo”, pois como nasceram em famílias não abastardas, precisavam trabalhar na forma vigente para sobreviver.

Então, com a passagem dos anos, em recortes históricos, pode-se perceber que a exploração dos mais humildes esteve presente em diversas épocas da História. Com a modernidade, a proposta de uma economia solidária foi abrindo espaços para novos modos de vida, onde os indivíduos têm acesso a instrumentos que os orientam a organizar seu próprio processo trabalho, tendo direção sobre o mesmo e sabendo que caminhos tomar, levando em consideração seus interesses próprios e realmente valorizando as necessidades coletivas.

Segundo Singer (2002), a economia solidária começou a surgir pouco depois do capitalismo industrial, com o empobrecimento de artesãos, que começaram a se organizar de forma a combater o desemprego causado com o advento das máquinas. De um lado, o

desemprego em massa. Do outro, a alta exploração dos que continuavam a trabalhar nas grandes indústrias. Encurralados, os trabalhadores precisavam buscar uma saída para um tempo que prometia ser difícil. E a solidariedade de interesses veio a ser a forma encontrada como alternativa de trabalho e renda.

Os conhecidos hoje como “empreendedores”, perceberam que as indústrias teriam chegado para ficar e que a tendência do número de desempregados viria a crescer a cada dia. Isso, já era um fato. Então, teriam duas opções: se submeteriam ainda mais as exigências dos proprietários das fábricas que, objetivando reunir cada vez mais capital, iam diminuindo gradativamente o valor dos salários pagos aos operários ou, trabalhariam por conta própria, se valendo de seus conhecimentos e artefatos manuais para sobreviver à violenta condição socioeconômica que o capitalismo os imputava.

Então, o pensamento que nos dias atuais define as práticas edificantes de uma economia solidária, começara a ser efetivado, e com o decorrer dos anos veio encontrando mais força através da contribuição de estudiosos sobre o tema e revoluções populares, que passaram a perceber a sua participação social através de um contexto político e então passaram a buscar por ações que impulsionassem o desenvolvimento de pequenos produtores. Uma dessas ações se manifesta através da cooperação de interesses.

A esse respeito Singer (2002) dedica toda sua obra, e nos faz refletir acerca de uma economia inovadora, que deixa de lado o acúmulo de capital em detrimento a resultados que derivam do acúmulo de interesses sociais, coletivos e sustentáveis, em que protagonizam o papel do indivíduo como um agente transformador, responsável pelas mudanças que busca para si próprio e para o lugar onde está inserido.

2.1.2 O associativismo como motor de inclusão participativa

No mundo atual há a urgência por transformações sociais nos campos do trabalho e do desenvolvimento local. Tal urgência já foi sentida pelos governos, que buscam destinar investimentos para ações que forneçam estratégias para o desenvolvimento de empreendimentos populares. Uma dessas estratégias se apresenta através do associativismo de ideais, que encontram na união de projetos com o mesmo fim o suprimento das necessidades socioeconômicas que são evidenciadas em camadas mais pobres das populações.

A partir disso, pode-se considerar a formação de uma associação que, acima de tudo é repleta de interesses. É daí que se percebe o trabalho humano como centro de todo o processo. Um trabalho humano que corresponde a interesses próprios, e não interesses do capital, como discutido em pontos anteriores. Com a modernidade, o indivíduo começou a olhar para si e dessa forma a buscar maneiras de beneficiar a sua força de trabalho, voltando assim para o mercado de trabalho munido de ferramentas que garantam sua permanência, ao mesmo tempo que se reconhece como responsável por um autodesenvolvimento. Destacando nesse ponto a relevância em saber sua importância como sujeito social em todo o processo associativista:

São empreendimentos que partem da associação de pessoas que desejam obter algum meio de vida ou de renda por intermédio do trabalho. São vizinhos, conhecidos, moradores de uma mesma região ou frequentadores de uma paróquia, que se juntam a partir de algo que acreditam ter em comum ou de alguma atividade que já realizem em comum (LIANZA e RUTKOWSKI, 2004, p. 169).

Então, baseados no que as autoras destacaram, é preciso que os associados identifiquem os interesses que possuem, em comum acordo. Além disso, que estes mesmos agentes conheçam os seus propósitos e os de uma associação solidária, para que assim possa compreender a sua participação social no sistema e dessa forma corresponder aos anseios que o levaram a se associar, como um membro que vai contribuir com os interesses do grupo em geral.

Através de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a agricultura familiar encontrou um maior espaço para revender a sua produção. Nestes processos, as associações de pequenos agricultores participam de certames licitatórios que compram insumos para a alimentação de crianças nas escolas das redes regulares de ensino público. E as associações podem vender em diversas cidades, desde que comprovem a documentação exigida e tenham a produção necessária para a venda.

Assim, identifica-se a criatividade que pode surgir através dos associados em momentos de um dado empreendimento que busca se inovar. Poderiam se contentar apenas com a pesca dos peixes, e assim ter apenas uma renda em sua casa. Com o fornecimento de peixes para a outra associação muitas vezes espécies de peixe que não serviriam para a venda *in natura* tem a oportunidade de aumentar a renda da sua casa, além de valorizar o trabalho das mulheres da sua família, que ao trabalhar fora de casa sentem a sua autoestima renovada.

Portanto, as associações oferecem uma melhor qualidade de vida às pessoas que eram tomadas pela exclusão da economia tradicional.

Dessa forma, através da criatividade e busca por condições de trabalhos mais eficazes, os empreendimentos solidários procuram por ações que tragam o crescimento para a produção sem comprometer a sustentabilidade de todo o processo. Visto que, ao contrário, as práticas não estariam mais de acordo com as definições propostas por uma economia solidária. Assim, chegam-se às ações propostas pela utilização de tecnologias sociais.

Para Novaes (2007), uma das mais importantes contribuições da Economia da Inovação, se apresenta através de uma tecnologia que se destaca pelo fato de que se adequa às necessidades de um empreendimento, ou seja, pela forma com que pode contribuir na produção das associações, como resposta aos anseios de um grupo de cooperados. Como o mesmo autor diz, “uma determinada tecnologia não é escolhida por ser a melhor, mas, sim, se torna a melhor porque é a escolhida”. Em outras palavras, se adequa a uma realidade, é aceita por ser viável, por contribuir para as inovações tecnológicas que uma pequena associação pode comportar, por exemplo.

Neste contexto, Novaes (2007) busca definir a utilização de tecnologias sociais como uma alternativa de consolidação dos espaços solidários, àqueles que não podem contar ou não têm acesso a ferramentas mais conhecidas pelo mercado e ostentadas pelo tradicionalismo capitalista como as mais eficazes, que dão respostas imediatas aos meios de produção. Nessa perspectiva, analisa o contraponto entre ações inovadoras e as práticas vivenciadas nesta última e discorre sobre questões econômicas, sociais, históricas e culturais.

Dessa forma, as considerações de Novaes (2007), conduzem a análises que nos remetem a questões como as que envolvem a sustentabilidade ambiental. O uso de tecnologias sociais em detrimento à utilização de práticas muitas vezes nada ambientais fazem das associações solidárias uma das principais agentes de sustentabilidade socioambiental, pois, por trabalhar com ideais que buscam reaproveitar os recursos naturais, acabam primando por práticas que, além de facilitar o seu modo de trabalho, acaba por valorar ações ambientais que começam a ganhar espaço em análises que procuram por ações que ajam em parceria com a Natureza.

É importante lembrar que as associações solidárias surgiram dentro do contexto de anseios por transformações na realidade econômica das populações populares. O cotidiano excludente do capital àqueles que não acompanham a industrialização e os interesses da população dominante, muitas vezes ficava a margem do crescimento. Isso, por sua vez, acarretou na desvalorização da força de trabalho e dessa força na inibição na corrida pela

progressão profissional, atingindo a força de trabalho humana e reservando aos mais pobres se submeterem ao que definia o capital, ou seja, trabalharemos no acúmulo da riqueza dos outros.

Os empreendimentos familiares têm duas características principais: eles são administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Vale dizer: a gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar. Segundo a concepção de Denardi (2011), a gestão familiar se mostra de maneira peculiar e talvez seja por isso mesmo que por se apresentar como uma reprodução social familiar que se percebe a sua definição, a sua relevância. E nessa perspectiva as famílias populares começaram a ter outra visão, a que poderiam mais, e assim as revoluções populares começaram a se fazer presentes no cenário político, através de ações que buscaram melhorar a vida de agricultores, operários e produtores, por exemplo. Esses indivíduos começaram a ver na política um instrumento de mudança em suas vidas e, ao se basear nas primeiras associações que começaram a surgir, um exemplo de modelo de trabalho a ser seguido, em nome da satisfação pessoal e de um melhor ambiente de trabalho.

Assim, as associações vão se multiplicando e oferecendo aos associados oportunidades de trabalho que garantam rendas a partir do manejo da terra e a criação de animais, entre outras culturas de pequenos produtores. Além destas, existem associações de artesanato, costura e de prestação de serviços, por exemplo, que veem na cooperação de força e interesses a saída encontrada para a sustentabilidade e satisfação do próprio trabalho.

2.1.3 O semiárido e o cenário da agricultura em novas conquistas sociais

Na busca por um desenvolvimento voltado para os pequenos produtores que vivem e trabalham no campo, considera-se que a sustentabilidade rural merece, ainda mais nos dias atuais, destaque e relevância entre as discussões que permeiam o entendimento econômico por qual passa o nosso país. Afinal, são notáveis as transformações pelas quais passam a atividade rural, seja da simples cultura da agricultura familiar até mesmo às grandes produções agrícolas, aquelas consideradas em grande escala. E por esse motivo, elencar a sustentabilidade rural como uma alternativa para os bons resultados da produção do consumo pode favorecer um melhor aproveitamento da terra, das plantações e da mão de obra aplicada em nome de uma população que cresce cada vez mais em um país que precisa se preparar para melhor reaproveitar as riquezas de seu meio ambiente.

E ao falar sobre sustentabilidade, destaca-se a análise de Carmo (1998) que identifica o desenvolvimento sustentável da seguinte forma:

Um desenvolvimento social e de progresso econômico, mantendo e conservando os recursos naturais, origem do futuro comum de uma humanidade que pretende tornar os impactos econômicos sobre o meio ambiente coisas do passado (CARMO, 1998. p. 4).

Portanto, partindo desse pressuposto, é necessária a compreensão de que executar ações e comportamentos que nos forneçam meios que preservem o meio ambiente e o que se necessita no meio rural, nos fornecerá resultados a curto e longo prazo. Ou seja, podem, além de ajudar na preservação das riquezas naturais, ajudar ainda nos negócios próprios, economizando tempo, dinheiro e etapas realizadas na produção do trabalho. Assim, procurar desenvolver ações estratégicas pode gerar a sustentabilidade tão precisa nos meios rurais das regiões do país.

3 EDUCAÇÃO E EMPREENDIMIENTOS SOLIDÁRIOS

3.1 A EDUCAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS COMUNIDADES

Para que se possa melhor corresponder a uma associação que esteja de acordo com os parâmetros esperados de uma atuação solidária, comprometida com aspectos sociais e de sustentabilidade ambiental, é preciso contar com uma certa educação formativa, que oriente os associados no caminho a ser seguido na busca dos interesses individuais e do grupo. E para isso, o Estado precisa além de promover ações e programas que forneçam condições adequadas ao trabalho no campo ofertar uma maior assistência para que sua família seja bem atendida, de forma social. Isto refere-se à promoção de Educação, que é um direito constitucional de todos.

Analisando a obra de Freire (1958), destaca-se a liberdade que a Educação pode promover para as populações. Segundo o autor, é o instrumento mais eficaz para atingir os objetivos, pois é através do conhecimento que o indivíduo pode promover as transformações

das quais necessita. Ainda para Freire (1968, p. 34), destacando a educação diz que “a pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que está pedagogia se fará e refará”. Ou seja, existe uma eterna luta do ser humano pela liberdade.

Portanto, ainda para Freire (1968), o conhecimento deve ser buscado se mudanças são desejadas em sua condição social. Assim, uma Educação de Jovens e Adultos compromissada com o desenvolvimento de um público que já compõe as frentes de trabalho em diversas comunidades deve fugir do tradicionalismo domesticador, definido pela classe dominante, e começar a valorizar uma pedagogia que liberte o indivíduo, tornando-o um sujeito munido de informações necessárias ao seu crescimento pessoal e profissional.

Além disso, é preciso um olhar diferenciado para quem mora no campo. E esse olhar deve partir do governo local, em um primeiro momento, para que depois possa ser cobrado dos órgãos estaduais e federais. A assistência social já começou a ser discutida nos grandes centros urbanos, mas ainda precisa se tornar realidade, de fato, nos pequenos pontos do nosso Brasil. Só assim é que se poderá um dia equilibrar as balanças urbana e rural: primeiro, oferecendo condições adequadas de sobrevivência à nossa população; depois, oportunidades de trabalho para que possam se manter. Talvez assim, o êxodo rural, em grandes proporções, signifique apenas um número de pessoas que queiram buscar uma maior formação profissional, para usar mais tarde, na comunidade onde nasceu.

Nesse caso, a Educação deve ser oferecida de acordo com a realidade social dos trabalhadores. Muitos deles como não tiveram a oportunidade de estudar na idade regular por diversos motivos, precisam aprender agora, mas não podem deixar de trabalhar. Então, por que não unir as duas realidades em um exercício paralelo? Usar na distribuição dos conteúdos o conhecimento que os agricultores têm com o seu trabalho na prática diária da lavoura, por exemplo. E assim, eles irão aprender fazendo a tarefa de casa durante o trabalho, tendo interesse pela escola e usando já em seu dia a dia o que se aprendeu na sala de aula.

Falar em sustentabilidade unida com Educação e cultura pode gerar bons frutos para as análises sobre o tema pesquisado. Afinal, se as pessoas tiveram acesso a uma Educação de qualidade voltada para o conhecimento e a cultura, elas saberão a importância de se exercer ações sustentáveis. Ou seja, serão os agentes *in loco* que farão a diferença na preservação das riquezas naturais, no equilíbrio na balança populacional, no controle no uso de agrotóxicos e da poluição, etc. E assim, não vão comprometer a capacidade de o mundo atender às gerações futuras, sabendo como se deve agir para não esgotar os recursos para o futuro dos seus filhos.

Porém, de nada adiantam teorias se a prática não for vigente. Uma ideia, que bem poderia ser tratada pelo Ministério da Educação (MEC) é a possibilidade de se colocar no currículo da Educação de Jovens e Adultos conteúdos que tratem sobre a sustentabilidade, de um modo geral, mostrando que os recursos naturais são finitos, e que a preservação e valorização dos mesmos são de suma importância para a perpetuação de nossas espécies.

A esse respeito, comentemos as colocações de Freire (2006):

O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de Educação Popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras (FREIRE, 2006, p. 15).

Portanto, a contribuição da Educação não é notada apenas pelo conhecimento pedagógico. No campo do conhecimento voltado para o desenvolvimento sustentável a promoção de conteúdos pode ir mais além, pelo fato que leva aos produtores as informações necessárias ao adequado comportamento de participação e autogestão dos negócios. Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) encontra o seu real papel: usar os meios de trabalho como cenário para promover o conhecimento intelectual nas salas de aula que contam com jovens e adultos cooperados.

É por isso que foi identificado que é necessário oferecer aos cooperados de um empreendimento solidário uma educação de qualidade, com conteúdos que orientem a uma gestão participativa, empreendedora e aberta às inovações. Ou seja, voltada para o desenvolvimento profissional de seus educandos, através de uma postura que assuma o compromisso social que também está descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/96, e que vem a valorizar as necessidades que encontramos em trabalhadores que, por estarem sendo educados fora do ensino regular, apresentam outra realidade, na qual, em muitos casos, é moldada pelas relações de trabalho. Assim, é necessário atentar para as realidades dentro e fora da sala de aula, oferecendo uma formação que realmente possa contribuir com a formação dos indivíduos:

[...] escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (GRAMSCI, 2000, p. 33).

Assim, ao analisar essa problemática, acredita-se que os Projetos Político Pedagógicos das instituições de ensino que ofertam a EJA devem atentar para o cotidiano dos seus alunos,

identificando (além dos que já constam em propostas didáticas de aprendizagem) os conteúdos que podem contribuir para o desenvolvimento profissional de seus alunos, respondendo assim aos anseios que percorrem os ideais de indivíduos que juntamente com a aprendizagem buscam a melhoria de seu conhecimento profissional.

3.2 A IMPORTÂNCIA DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E SEUS SIGNIFICADOS PARA AS RELAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Atualmente, o Brasil é constituído por mais de 193 (cento e noventa e três) milhões de cidadãos brasileiros, com direitos e deveres, precisando viver em harmonia em uma delimitada área geográfica, com riquezas naturais limitadas, as quais se tem que administrar da melhor forma possível. E uma das maiores questões a se organizar é que sejam garantidas oportunidades de emprego para toda a nossa população. Mas, o que ocorre é que os cidadãos não escapam das margens da miséria, e isso é uma grande preocupação. Economicamente falando, a situação financeira do país melhorou nos últimos tempos, mas a pobreza ainda é inerente, e merece atenção especial.

Sendo assim, o papel de uma Economia Solidária a cada dia fica mais relevante quando o assunto é a valorização profissional das pessoas. É preciso buscar ações, através da iniciativa pública e do comprometimento social da nação, que garantam ao trabalhador rural o seu crescimento profissional, em união com a preservação das riquezas naturais, gerando assim a sustentabilidade e a valorização de nossas terras, águas e florestas. E esse protagonismo casa-se muito bem com as associações e cooperativas populares.

Para Arruda (2003), a Economia Solidária promove a produção autogestionária dos bens e dos serviços. Cada pessoa que trabalha nessa produção tem o direito de participar da posse e da gestão do empreendimento produtivo em que estão inseridos, e o que lhe dá esse direito não é a quantidade de cotas que possui, e sim o fato de contribuir com seu trabalho para o produto da coletividade.

O sucesso de algumas associações está descrito em diversas ações, em que a maior delas pode estar definida pela liberdade de criação e gestão que os associados possuem, já que eles vivem a produção e reconhecem a importância da participação de cada um em todo o processo. A esse respeito, em suas pesquisas, Singer (2002) diz que na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico.

Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos.

Dessa forma, buscou-se intensificar a pesquisa acerca de como se pode trabalhar melhor a questão do associativismo, principalmente nos pequenos municípios do país. Através dessa ideia, tem-se a intenção de juntar a economia e a educação com responsabilidade social, cultura regional e compromisso ambiental, em uma adição onde podem-se encontrar resultados onde a sustentabilidade é necessária nas áreas agrícolas, garantindo a permanência das comunidades e a prosperidade econômica da região, sem que para isso seja preciso desgastar os recursos naturais presentes na terra, primando assim pelo desenvolvimento sustentável.

4 METODOLOGIA

Este trabalho, no seu objetivo de melhor compreender a importância do uso das tecnologias sociais no desenvolvimento dos empreendimentos solidários, buscará através da análise de seu objeto de estudo - a associação de piscicultores localizada no município de Ouro Velho, Estado da Paraíba - percorrer caminhos norteados por uma metodologia que venha a nos fornecer informações necessárias para o pleno conhecimento dos aspectos acima citados, através da disposição de informações dirigidas acerca do cotidiano de trabalho do empreendimento pesquisado. Assim, pensou-se em uma metodologia que viesse a ser eficaz na identificação de tais informações, já que é necessário fundamentar a teoria com a prática e, dessa forma, ter acesso ao conhecimento preciso para a elaboração de propostas que possam orientar os empreendimentos em seus conceitos solidários.

A metodologia do tipo descritivo exploratório, de natureza qualitativa, e com o uso do estudo de caso, com anotações no diário de campo do pesquisador. De acordo com Gil (2002, p. 42), um estudo descritivo remonta à “descrição das características de determinada população ou fenômenos ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Assim, neste tipo de pesquisa descritiva deve-se fazer a descrição do fato de forma detalhada.

Assim sendo, este trabalho em consonância com uma metodologia que busca identificar a real situação dos empreendimentos associados e/ou cooperados na região semiárida do Cariri Paraibano, usará como fonte de pesquisa dirigida, a aplicação de um questionário semiestruturado que será aplicado na associação pesquisada. De acordo com Marconi e Lakatos (2006, p. 107), “o questionário é constituído por uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador”. Dessa forma, pode-se analisar o alvo desse estudo, identificando as relações que eclodiram na criação do empreendimento e a sua situação atual, levando sempre em consideração os conceitos solidários, o nível de produção e a relação de tal com o mercado consumidor, sem esquecer de relacionar em índices comparativos as ações paralelas que são vivenciadas entre uma economia solidária e a economia capitalista, que por sua vez, vem perdendo espaço no mercado para os agentes que acreditam na proposta de uma economia inovadora, que prima pela valorização do trabalho humano e do desenvolvimento sustentável das comunidades.

Com esses dados em mãos, realizou-se um estudo tendo como base as contribuições de fundamentações teóricas de estudiosos que trabalham com temas como economia solidária, associativismo e cooperativismo, desenvolvimento social, sustentabilidade rural, entre outros;

analisando assim, como se dá a participação dos empreendimentos solidários no contexto econômico, a sua importância para o mercado e para as comunidades que os comportam, discutindo acerca de discussões como trabalho, renda e força de trabalho.

Portanto, essa pesquisa que tem como eixo central a utilização de tecnologias sociais, tratará do assunto de forma descritiva, se dividindo, através de seus capítulos, em contribuições teóricas, análise e significação dos empreendimentos solidários, a importância da Educação neste contexto e, por fim, as propostas de tecnologias a serem utilizadas em dados empreendimentos, tendo como cenário o objeto de estudo pesquisado.

Com isso, traçou-se metodologicamente a pesquisa, buscando percorrer práticas que nos demonstrem as informações que são necessárias para compreender a atual realidade da economia solidária, sua contribuição para as pequenas comunidades e os aspectos que rodeiam essa modalidade econômica que ganha cada vez mais espaço no contexto do mercado mundial.

Assim, a metodologia que usamos para melhor trabalhar a pesquisa foi a de visitas ao objeto de estudo, unidas a análises realizadas em campo e adequação de propostas de tecnologias que vão de encontro à produção da associação pesquisada. Além disso, tentamos identificar o nível de conhecimento dos associados, para compreender o que os mesmos entendem sobre a gestão do empreendimento e as formas como podem desenvolver o negócio dentro dos moldes solidários.

UFCG-BIBLIOTECA

5 ESTUDO DE CASO

5.1 A ASSOCIAÇÃO DE PISCICULTORES DE OURO VELHO/PB

Para conhecer o nosso objeto de pesquisa - uma associação de piscicultores em Ouro Velho/PB, município que conta com 3.003 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para este ano de 2013. Fica localizada na região do Cariri Paraibano, em uma unidade territorial de 129.400 Km².

Para esta pesquisa visitou-se a casa de um dos membros da referida associação para uma reunião com todos os membros e, com isso, tomar conhecimento da realidade da associação pesquisada.

Criada em 2010, a Associação de Psicultores de Ouro Velho passou por questões que vieram a complicar a sua atuação no mercado. O principal empecilho pode ter vindo a ser a forma heterogestionária pela qual passou a associação, a qual criou grande prejuízo aos associados. Por esse motivo, atualmente eles atuam através da autogestão e isso já vem fazendo a diferença na sobrevivência da associação. Nesse sentido, é relevante pensar na concepção de Singer (2002), que diz que o valor social do trabalho passa pela síntese do trabalho coletivo, que leva em consideração a participação de todos os membros como um conjunto. Portanto, assim como o trabalho, as relações administrativas devem ser vivenciadas por todos.

Ao visitar os membros da Associação de Piscicultores do município de Ouro Velho, com o intuito de realizar a pesquisa investigativa de valor indispensável para o conhecimento das práticas vivenciadas nos empreendimentos solidários, buscou-se aplicar de acordo com a metodologia apresentada um questionário dirigido, que objetivou identificar o modo de vida dos associados e o cotidiano da associação, para que assim houvesse condições inerentes a uma adequada análise das ações exercidas na modalidade econômica em questão, levando em consideração questões como: gestão do empreendimento, solidariedade corporativa e o desenvolvimento sustentável.

Além das questões descritas, ao aplicar o questionário, teve-se a preocupação de elencar outras informações que seriam de grande valia para o nosso conhecimento, anotando no diário de campo do pesquisador. Entre os quais, têm-se: o grau de instrução dos associados, para que seja possível realizar um levantamento do nível de letramento dos mesmos e qual a contribuição que o conhecimento pode trazer para o desenvolvimento do negócio. Ainda, buscou-se investigar o cenário da participação dos membros, quem eles são, qual a participação deles na organização da associação e o número de membros de uma mesma família participando deste empreendimento solidário.

É relevante dizer que antes de aplicar o questionário realizou-se uma reunião na qual foi apresentada a proposta deste trabalho. Através de uma explanação dialogada falou-se a respeito dos significados de uma associação solidária, da importância da cooperação entre os membros, as significações que a economia solidária vem trazendo para o mercado na atualidade e a promoção do uso de tecnologias sociais, sempre remetendo aos conceitos básicos que devem nortear a participação dos membros em uma associação, tais como a solidariedade de uns com os outros, com vista a um único objetivo: a concretização dos interesses em comum, o que já era bem claro para os associados.

Dessa forma, através dessa apresentação dialogada, houve a oportunidade de se conhecer melhor o objeto de estudo, que mesmo existindo há 03 (três) anos, pode-se considerar que está dando os seus primeiros passos, o que pode ser identificado pela falta de uma sede administrativa e do não início das atividades produtivas*.

Uma das primeiras imagens que se teve dos associados foi de um grupo de pessoas que acreditam na força de uma associação de interesses, na força do trabalho humano e no diferencial que a autogestão pode trazer ao desenvolvimento do empreendimento por eles idealizado. Essas imagens, por sua vez, nos passaram a vivência de uma prática já destacada por Singer (2002), quando ele fala dos preceitos que dignificam uma economia solidária. Os associados, para combater o desemprego (em sua unanimidade) encontraram na associação de interesses e na solidariedade entre ambos a saída para o sustento de suas famílias e, segundo eles, acreditam que a associação pode abrir portas para isso, desde que seja bem administrada, através da participação autogestionária de todos.

A associação pesquisada, ao saber das contribuições de uma irrigação responsável, combinada com o adequado conservamento da água, concebeu a importância do uso de tecnologias alternativas que viessem a garantir o não comprometimento da produção em períodos longos sem chuva. E ao serem perguntados se conheciam e/ou faziam uso de alguma tecnologia social, os mesmos, unanimemente disseram não conhecer. No entanto, ficaram interessados em aprender mais sobre o assunto, para que assim, pudessem exercer as ações orientadas em sua produção.

Fechando a nossa conversa falando sobre a importância do uso de tecnologias sociais e do impacto positivo destas no desenvolvimento sustentável das comunidades, apresentou-se aos membros associados a importância do uso de alternativas que garantissem a eles uma boa produção associada à valorização do uso dos recursos naturais de forma consciente. E, apesar da grande parte deles não possuírem um grau de estudo significativo, compreenderam a relevância que o uso adequado das riquezas naturais pode trazer para o desenvolvimento do negócio e, assim, essa compreensão já começou a fazer parte do programa de ações a serem exercidas pela associação nas práticas produtivas que pretendem exercer.

* A associação de Piscicultores de Ouro Velho foi criada em 2010, mas devido a problemas de estiagem e de má gestão do empreendimento, (que funcionava de forma heterogênea), a associação foi obrigada a se reformular, e assim está se reorganizando, na busca de entrar no eixo que orientam os conceitos que formam uma economia solidária.

Quando falou-se em pretensões, diz-se que a associação encontra-se atualmente sem produzir, pois, como mencionado, estão se reorganizando administrativamente, buscando engrenar nossas perspectivas cooperadas que venham de encontro aos anseios de cada membro. Mais uma vez, foram identificadas as práticas destacadas pelos conceitos solidários, e que sem dúvida alguma estão presentes no cotidiano desta associação.

Por fim, ao concluir a nossa conversa que se moldou pela apresentação das propostas e pelo conhecimento das ações vivenciadas pela associação pesquisada, deu-se início à aplicação do questionário, que vem a ser uma ferramenta indispensável para a identificação do modo de trabalho dos associados, da relação dos mesmos com o mercado consumidor e do cenário que é presente na realidade de cada um, levando em consideração o conhecimento, as práticas administrativas e o possível desenvolvimento que as tecnologias sociais podem trazer para um empreendimento solidário.

5.1.1 Conhecimento e análise das práticas solidárias

O questionário foi aplicado por amostragem, usando como amostra o número de 10 (dez) associados, que contou com a participação de homens e mulheres, divididos da seguinte forma: 60% sexo masculino e 40% sexo feminino.

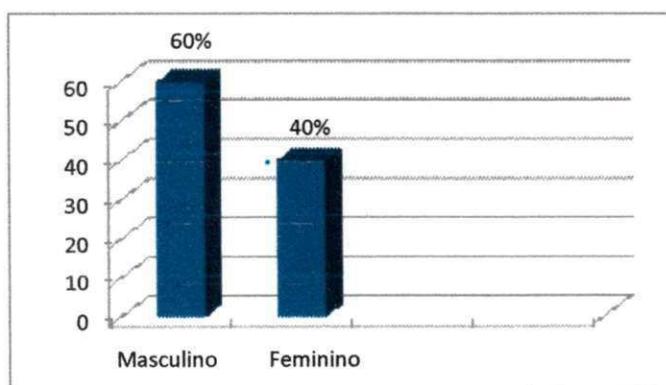
Cada membro respondeu ao questionário sem nenhuma interferência ou pressão por algum tipo de resposta. Dessa forma, considerou-se as respostas a essa aplicação como resultante da fiel realidade vivenciada pelos associados, que participaram da pesquisa de maneira individual.

Como a aplicação do questionário conta com um caráter quantitativo, visto que é levado em consideração o número da participação dos membros entrevistados e que por sua vez veem a demonstrar a realidade sociocultural de todos os membros associados foi analisado através dos dados obtidos o cotidiano da associação, cruzando as práticas exercidas com os conceitos que definem uma economia solidária. Para isso, usaremos como base analítica o referencial teórico e a importância do conhecimento pedagógico em todo o contexto, como forma de melhor montar um plano de compreensão das ações vivenciadas pelos membros (de forma individual e totalitária), levando em destaque a participação de todos na administração participativa da associação. Como consta no Apêndice A, o

questionário aplicado teve a preocupação de buscar informações que trouxessem as respostas necessárias à compreensão da pesquisa proposta por este trabalho. Dessa forma, ao compor as perguntas do questionário tivemos a preocupação de buscar informações sobre quem são e como atuam os membros na associação, primando assim por indagações que pudessem nos fornecer as informações necessárias.

Dessa maneira, o início do questionário em questão se apresentou com a identificação dos dados pessoais dos entrevistados. Nessa perspectiva, as primeiras informações coletadas dizem respeito sobre quem são os membros associados, e as informações iniciais são demonstradas através da Figura 01:

Figura 01: Gênero



Fonte: Elaboração própria. (2013).

A Figura 1 corresponde à questão de gênero dos associados. A categoria 1 corresponde ao número de membros do sexo masculino, que totalizam 60% dos associados. Já a categoria 2 apresenta de associadas do sexo feminino, que por sua vez, diz respeito a 40% dos membros presentes na associação.

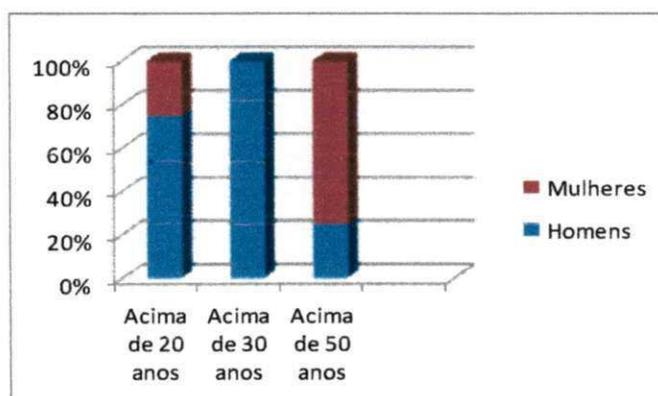
Através desta primeira análise pode-se perceber que a associação é mista, ou seja, conta com a participação de homens e mulheres na produção. Então, mesmo uma pequena maioria sendo do sexo masculino, o que percebe-se é que o sexo feminino tem um número significativo de membros associados, o que vem a equilibrar no modo de gestão e de produção a ser exercido no trabalho.

Segundo Rabelo (1997) às mulheres, durante muitos anos, estava reservada a função de rainha do lar. No entanto, as associações começam a desconstruir essa concepção, e abrem cada vez mais um maior espaço para a presença feminina nos empreendimentos solidários. O trabalho, por sua vez, é exercido igualmente com pais, irmãos e maridos. Portanto, o associativismo e o cooperativismo desmitificam a condição masculina como primordial nas relações trabalhistas.

O que veio a causar ainda maior surpresa é a localidade onde moram os membros associados. De maneira unânime, todos informaram que residiam na zona urbana do município de Ouro Velho. O que percebeu-se neste estudo foi que boa parte das associações criadas contam com grande parte de seus membros residentes na zona rural. Sendo assim, foi encontrado um diferencial no objeto de estudo pesquisado, que mostra uma nova roupagem no associativismo vivenciado no Brasil na atualidade, que encontra em moradores urbanos um público que adere cada vez mais aos preceitos cooperados da economia solidária.

Continuando com a análise dos dados coletados, ainda na apresentação dos dados pessoais dos associados, fala-se sobre a idade dos membros pesquisados. Baseados na Figura 2, tem-se:

Figura 02: Idade



Fonte: Elaboração própria (2013).

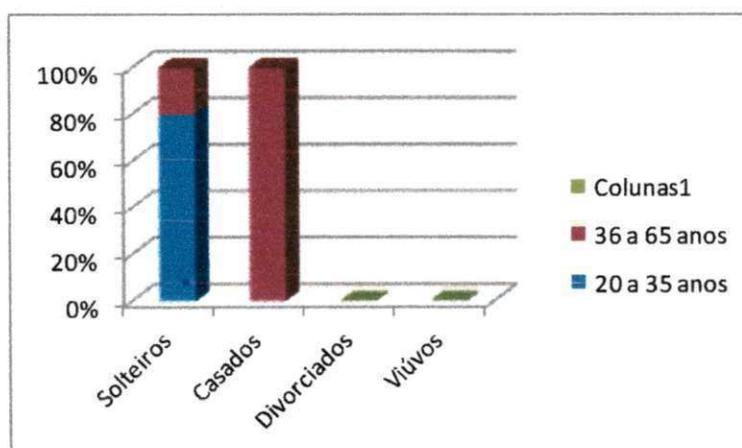
Segundo o que mostra a Figura 2, que trata sobre as idades dos membros entrevistados, encontram-se dados bem equilibrados se forem levadas em consideração as gerações que estão presentes na associação. Afinal, o mais jovem entre os associados conta com a idade de 21 anos, enquanto o mais idoso com a idade de 62 anos. Se valendo de um recorte que dividiu as idades entre três grupos, considerou-se que a associação é bem eclética no quesito tempo de vida e experiência dos seus membros, o que demonstra a flexibilidade da

mesma na aceitação dos seus associados e as contribuições diversas que podem existir na mesma.

Neste quesito da idade, remeteu-se mais uma vez às relações de gênero. Percebeu-se que os homens são maioria entre os que têm mais de 20 anos. Essa diferença, no entanto, é contornada no grupo dos que possuem mais 50 anos, em que a experiência das mulheres leva vantagem. Porém, a maioria (20% a mais de homens) se mostra presente no grupo dos que possuem mais de 30 anos, onde os homens apresentam a totalidade.

Para finalizar a identificação dos dados pessoais dos membros entrevistados ainda precisaram-se analisar dois quesitos: O estado civil e o grau de instrução. Acredita-se que tais informações são relevantes pelo fato de ser importante saber a fase pela qual passam os associados, sua responsabilidade familiar e a sua possível participação na sociedade. Portanto, ao indagar os entrevistados acerca do estado civil, obteve-se como resposta que o número de casados estão presentes entre os mais idosos. E os solteiros, entre os mais jovens. Não detectou-se nenhum membro que informou ser divorciado ou viúvo. Na Figura 3, além de identificar o número de solteiros e casados, que se apresentaram como 50% de cada grupo, são apresentadas as idades dos grupos entrevistados:

Figura 3: Estado Civil



Fonte: Elaboração própria. (2013)

Com base na Figura 3 pode-se considerar que mesmo o número de solteiros e casados está lado a lado, a relação de parentesco é que o mais define os laços dos associados. Identificou-se com a pesquisa que 90% dos entrevistados tem parentes que também são membros na associação. Com isso, chegou-se à conclusão que nem todos são maridos e esposas e que o parentesco pode se fazer presente através de outros laços familiares diversos.

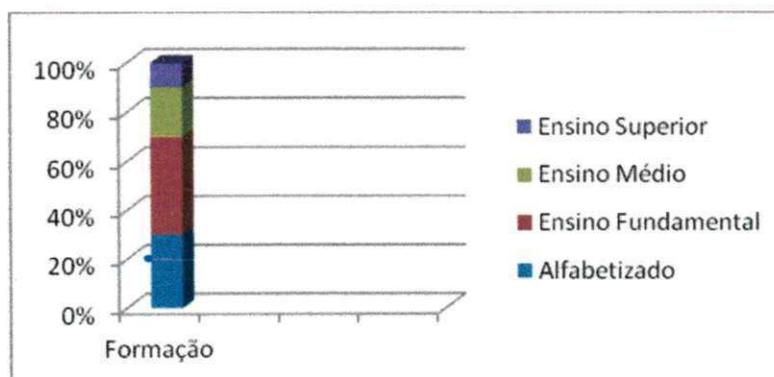
Percebeu-se que na associação o conceito de cooperação começa a se destacar em todas as relações. Melhor dizendo, as relações de cooperação substituem as da concorrência tão vivenciadas no sistema capitalista (SINGER, 2000). Assim, reconheceram-se as práticas de uma economia solidária, definidas através das ações praticadas pelos associados pesquisados.

Continuando, chegou-se finalmente à análise dos dados referentes ao grau de instrução dos associados. De um modo geral, verificou-se que grande parte dos membros da associação tem um certo conhecimento pedagógico. Acerca de gestão administrativa, grande parte não possuem os conhecimentos necessários à gestão plena do negócio. No entanto, eles tem curiosidade em aprender e, em breve, alguns deles irão participar de uma formação em alfabetização, onde terão a oportunidade de aprender mais sobre cálculos, leitura e escrita. Tal formação será promovida na cidade onde moram, através de uma ação do Ministério da Educação, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que ofertam um programa de alfabetização voltado à comunidades de associados.

Como resultado do índice de formação educacional dos membros entrevistados identificou-se que os níveis de formação são diversos, divididos entre nenhuma formação, Alfabetização Básica, Ensino Fundamental, Ensino Médio e apenas um membro com formação superior. Este membro ocupa o cargo de Vice-Presidente, na Diretoria Executiva da associação. E é importante pensar que tal membro por possuir um conhecimento acima do normal encontrado em associações pode fazer com que acabe por incentivar os demais a procurar por um maior aprendizado, ao mesmo tempo que pode ainda promover maiores contribuições em nome do desenvolvimento da associação na qual está inserido.

Acerca dos graus de instrução na associação têm-se a Figura 4, que se apresenta da seguinte forma:

Figura 4: Graus de instrução



Fonte: Elaboração própria (2013).

Concluída a identificação de quem são os membros que atuam na associação pesquisada, a preocupação seguinte foi a de compreender como funcionava a associação, como seria exercido o trabalho (com vista à produção) e como eles vivenciavam a gestão do empreendimento que, como já foi vista, atualmente, é de forma autogestionária. E ainda o que levou os membros a se associar, e quais os motivos que o direcionaram a buscar a associação com outros indivíduos.

Assim, buscou-se ser objetivo nas indagações e obtiveram-se respostas unânimes ao perguntar *como será a produção da associação*. Os associados disseram que pretendiam realizar a atividade da pesca e ainda beneficiar o produto, para que assim tivessem um campo de venda mais expressivo e dessa forma uma maior fonte de renda.

As respostas às perguntas: *A quem vocês pretendem vender a produção?* e *O que o levou a se associar?* também foram quase unânimes, onde as respostas mais apontadas diziam que pretendiam vender a produção ao comércio local e regional e ainda à programas governamentais, a exemplo do PAA e PNAE e que os motivos que os levaram a se associar foi a falta de oportunidades de trabalho pois se encontram desempregados. Percebeu-se que os anseios são os mesmos e que devido a isso, a associação define quais são os seus interesses em comum, o que vem a definir a aptidão a uma economia solidária.

5.2 AS TECNOLOGIAS SOCIAIS E SUAS INOVAÇÕES

Em uma proposta que versa sobre a promoção do uso de tecnologias sociais como a garantia de um desenvolvimento sustentável, se deseja discutir ações que possam orientar os empreendedores a trabalharem a terra ao seu favor, sem que para isso prejudiquem o meio ambiente. E que nessa perspectiva, possam conhecer práticas simples, porém de grande valia, para o bom uso de sua cultura agrária, utilizando-se de meios para (re)aproveitar a terra, o clima, a colheita e, acima de tudo, o seu tempo para produzir. Além disso, através de ações certas, dar visibilidade aos pequenos empreendimentos:

[...] incentivar o potencial e a criatividade do produtor direto e dos usuários; ser capaz de viabilizar economicamente empreendimentos como cooperativas populares, assentamentos de reforma agrária, a agricultura familiar e pequenas empresas (NOVAES e DIAS, 2009, p. 18-19).

A criatividade vem a ser a palavra de ordem no desenvolvimento das associações, pois as mesmas contam com a participação ativa dos seus membros na fundamentação e formalização de práticas que façam a associação progredir, em um ambiente onde não se tem muito com o que investir, seja em investimentos financeiros ou espaços que comportem matéria prima para a produção de determinado produto.

Portanto, está-se falando de um uso consciente dos recursos naturais. O que se acredita ser um ideal para os dias atuais, e que forneça ao produtor e ao Estado uma garantia de que a produção será válida e terá seu valor comercial reconhecido no seu país ou até mesmo no exterior. Por isso, trabalhou-se uma técnica de criação de peixes “entrelaçada”, ou seja, que emita e receba os insumos necessários para diversas produções exercidas ao mesmo tempo e com reaproveitamento de suas bases, por isso a procedência deste nome.

O nível de produção de qualquer cultura que depende diretamente da água passa por sérios problemas quando vive longos períodos de estiagem. Esse é um dos motivos que leva o produtor a ter um “plano B”, para que saiba o que realmente está acontecendo (ou o que ainda pode acontecer) e como pode melhor se preparar para as adversidades, não comprometendo assim o seu investimento e nem o tempo empregado na cultura trabalhada.

E como está se falando em sustentabilidade, nada melhor que discutir as formas pelas quais uma produção agrícola pode ser exercida, em duas frentes: uma que garanta o bom uso da água e que forneça ao produtor os meios necessários para que a compensação de seu trabalho seja plena. Para isso, conhecimentos de novas práticas podem ajudar na hora de se produzir, e de se ter o retorno do que se investiu, de uma maneira que mantenha o empreendimento como uma eficaz fonte de renda.

Ao falar sobre tecnologias sociais, falamos de técnicas alternativas de produção, que não demandam grandes investimentos e que trazem um diferencial para o meio produtivo, seja em questões de sustentabilidade (econômica e ambiental) ou acessíveis aos pequenos produtores, que cada vez mais usam de uma economia não apenas solidária, mas também criativa para garantir o nível de produção da qual necessita.

Nesta mesma perspectiva, segundo Tenório (1998), o uso de tecnologias sociais (TS's) demonstra a emancipação dos agentes que estão envolvidos no processo associativo. Onde, a partir daí, eles começam a compreender a importância de práticas que valorizem um desenvolvimento sustentável, humano e comunitário.

A essas tecnologias, ainda podem-se nomear de ferramentas inovadoras, que trazem novos olhares para o trabalho manual exercido em pequenos empreendimentos, como as

associações aqui trabalhadas. Projetos que valorizam o uso de mandalas, sistema alternado de plantação e irrigação, canaletas para o aguamento de plantas e o sistema hidropônico, por exemplo, já ganham espaços em diversas partes do mundo, e estão sendo exercidas de maneira satisfatória por associação que necessitam de ações que demandam pouco investimento. Ao falar sobre hidroponia, analisou-se mais especificamente a aquaponia, como uma tecnologia social inovadora para a produção em regiões do semiárido.

4.3 A UTILIZAÇÃO DA AQUAPONIA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Continuando, nessa discussão podemos falar, por exemplo, da aquaponia. A aquaponia é a combinação da recirculação da aquicultura e hidroponia. Ou seja, é a produção de peixes e vegetais juntos, que crescem em um sistema integrado, contribuindo entre si. Nessa cultura, onde peixes e plantas dividem o mesmo ambiente, os resíduos dos peixes servem como uma fonte alimentar para as plantas, que crescem naturalmente. Por sua vez, as plantas contribuem com a criação dos peixes servindo de um filtro natural para a água. E nesse ecossistema sustentável, ambos prosperam, e o produtor com um só investimento, trabalha duas culturas de uma maneira ecologicamente correta.

A água rica em nutrientes não é desperdiçada. Pertencendo a um ciclo, tanto serve para os peixes como para as plantas. O produtor, por sua vez, entende a importância da aquaponia quando percebe a economia que faz no uso da água e nos insumos para o crescimento das plantas. E nesse sistema de troca (entre peixes e plantas), o bom uso e o reaproveitamento tem destaque. Aqui, encontra-se um interessante exemplo de sustentabilidade, baseado em uma tecnologia social.

É relevante analisar a importância de se conhecer os meios de aproveitamento das riquezas naturais. Vive-se em um corrente crescimento da população mundial, que necessita cada vez mais usar o que vem da terra, seja para se alimentar ou para constituir os artefatos que usa no seu dia a dia.

Executar ações e comportamentos que nos forneçam meios que preservem o meio ambiente e o que se necessita no meio rural, podem, além de ajudar na preservação das riquezas naturais, ajudar ainda nos empreendimentos, economizando tempo, dinheiro e etapas

realizadas na produção do trabalho. Assim, procurar desenvolver ações estratégicas, pode gerar a sustentabilidade tão precisa à nossa população.

Sabe-se que a aquaponia é tida como uma atividade sustentável, com zero perda de água, que com controle do meio ambiente oferece ótimas condições para o crescimento de peixes e plantas. Necessita de pouco espaço dispor os seus peixes e vegetais, com baixos custos, e com isso, alcança-se bons lucros.

Além disso, é importante notar que os vegetais, por crescerem mais rápido, geram receita enquanto os peixes ainda não estão prontos para serem comercializados. Dessa forma, o produtor enquanto aguarda o momento certo para comercializar os peixes, já pode ter um retorno com a venda dos vegetais plantados, tendo assim a oportunidade de trabalhar em mais de um mercado consumidor. Não esquecendo ainda que, nesta prática, há a possibilidade de se produzir peixes e hortaliças totalmente orgânicos, o que atinge uma parcela crescente da população que não abre mão de consumir alimentos livres de agrotóxicos e afins.

Com a possibilidade de instalação da unidade de produção bem próxima aos grandes centros consumidores, o produtor que utiliza da aquaponia ainda tem outras grandes vantagens, como a diminuição do tempo e do custo da entrega dos produtos e, por conseguinte, uma melhor qualidade de consumo, já que chega às prateleiras dos supermercados ainda frescos.

Portanto, ao conhecer os benefícios apresentados pela aquaponia, os produtores que apresentarem um sistema agrícola que possa se adequar a produção de culturas simultâneas (peixes e vegetais) não podem deixar de investir nesta prática, que como qualquer outra trabalhada, precisa de um investimento inicial, mas que com o tempo terá um retorno garantido e poderá combater os períodos de seca, visto que com o reaproveitamento da água a plantação dos vegetais e os tanques de peixes terão maiores rendimentos em sua produção, além da melhoria de sua condição econômica e social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para falar sobre a economia solidária através de um contexto inovador e inclusivo, utilizamos como objeto de pesquisa uma associação de piscicultores se utiliza da cooperação de todos, sendo uma saída para obtenção de renda em uma região onde as oportunidades de trabalho não são tão acessíveis àqueles que vivem da produção rural. Por isso, intencionou-se analisar as estratégias que rodeiam a formação e manutenção das associações solidárias.

Citada em diversos momentos deste trabalho, a economia solidária é a mola mestra de nossas considerações. Termo que define a união de diversos grupos ou trabalhadores por um fim comum, a economia solidária trata de uma ideologia que já é realidade e que já se destaca em diversos agronegócios. O termo “solidária”, como já diz o nome, define que as pessoas que fizerem parte do grupo se solidarizam umas com as outras, trabalhando em nome do projeto em que acreditam, dividindo funções, sem chefes, buscando mercados e, principalmente, colhendo os frutos juntas.

Dessa forma, identificamos através do objeto essas relações acima citadas, quando dialogamos com os membros as questões que hoje se apresentam como entraves para o desenvolvimento econômico do empreendimento. Além disso, ao contrapor o conhecimento tecnológico e social dos membros com as necessidades de um desenvolvimento solidário, destacamos a percepção dos mesmos a respeito da busca por maiores informações que garantissem o progresso da produção e distribuição da cultura trabalhada.

Por isso, outra concepção que vai de encontro aos conceitos da economia solidária é o da educação solidária. Hoje, alguns estudantes universitários começam a pesquisar sobre o uso da educação como instrumento de busca de oportunidades de trabalho. Melhor dizendo, já são louváveis as turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) que estudam a noite e trabalham durante o dia, usando a aprendizagem que tem em sala de aula como um meio para conhecer as técnicas de trabalho nas lavouras., sendo este mais um exemplo que podemos citar na defesa de que a Educação pode ajudar e muito na profissionalização dos trabalhadores.

Nesse caso, a Educação deve ser oferecida de acordo com a realidade social dos trabalhadores. Muitos deles como não tiveram a oportunidade de estudar na idade regular por diversos motivos, precisam aprender agora, mas não podem deixar de trabalhar. Nessa perspectiva, na cidade onde está localizado o objeto de estudo estão sendo ofertadas turmas de alfabetização voltadas exclusivamente para os membros da associação. Para que assim seja garantida a Educação e o conhecimento mínimo para que os associados possam melhor se

desenvolver. Então, por que não unir as duas realidades em um exercício paralelo? Usar na distribuição dos conteúdos o conhecimento que os agricultores têm com o seu trabalho na prática diária da lavoura, por exemplo. E assim, eles irão aprender fazendo a tarefa de casa durante o trabalho, tendo interesse pela escola e usando já em seu dia a dia o que se aprendeu na sala de aula.

Assim, com esse projeto buscamos intensificar mais a nossa pesquisa acerca de como podemos trabalhar melhor o desenvolvimento socioeconômico das associações solidárias, principalmente nos pequenos municípios do país. Através dessa ideia, temos a intenção de juntar a economia e a educação com responsabilidade social, cultura regional e compromisso ambiental, em uma adição onde esperamos que o resultado seja igual à sustentabilidade necessária nas áreas agrícolas, garantindo a permanência das comunidades e a prosperidade econômica da região, sem que para isso seja preciso desgastar os recursos naturais presentes na Terra.

Utilizando dessa lógica, os produtores associados poderão melhor trabalhar a sua produção, sem que para isso tenham que investir em artefatos sem necessidades, ocupar todos os hectares de sua terra ou abandonar a sua moradia na busca de outras oportunidades. Com o pensamento certo, ações que melhor orientem o seu trabalho e incentivos físicos, técnicos e financeiros do governo federal, o produtor terá maiores chances para fazer de sua plantação, por exemplo, um negócio altamente rentável.

Todavia, espera-se ter contribuído para discussões acadêmicas sobre o assunto proposto, e acima de tudo ter discorrido de modo satisfatório acerca de ações permanentes que forneçam às associações e cooperativas solidárias o significado que o uso de tecnologias sociais podem trazer ao desenvolvimento dos territórios, em suas esferas econômicas, políticas e humanitárias, devendo assim, surgir novos estudos a respeito desta temática.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, José. (1951). **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. **História do pensamento econômico**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1998.

ARRUDA, M. **Socioeconomia solidária**. In: CATTANI, D. (org). A outra economia. 1. Ed. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CONCEIÇÃO, Susianne Gomes da; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; SCHOR, Tatiana. **Agricultura Familiar e Capitalismo**: desafios para a continuidade da categoria na Amazônia. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. São Paulo, 2009, p. 1-16.

DENARDI, Reni. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas**: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf>. Acesso em: 01 Out. de 2011.

GIL, A Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HUBERMAN, Leo. (1903-1968). **História da riqueza do homem**. Tradução de Waltensir Dutra. Atualização e revisão técnica Marcia Guerra. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 6ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2006.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da Economia Política. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

NOVAES, Henrique; DIAS, Rafael. Contribuições ao Marco Analítico Conceitual da TS. In: DAGNINO, Renato (org.). **Tecnologia Social**: ferramenta para construir outra sociedade. Campinas, São Paulo: IG/UNICAMP, 2009. P. 17-53.

RIBEIRO, Marlene. Formação cooperativa e educação escolar: realidades que se complementam ou se contrapõem? **REVISTA TRABALHO E SOCIEDADE**: dinâmica e perspectiva. Curitiba: UFPR. 2002. p. 67-68.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko (orgs.). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária São Paulo: Contexto, 2003.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão social**: uma perspectiva conceitual. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.

APÊNDICE A

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Prezado (a) sócio (a) da Associação de Psicicultores de Ouro Velho - PB.

O presente instrumento de pesquisa constitui um dos elementos do trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano IUEES/UFCG, como exigência para obtenção do certificado de conclusão, que deverá subsidiar a etapa referente à pesquisa de campo, através de questionário, cujo objetivo central é analisar o cotidiano da Associação de Pescadores de Amparo - Paraíba, identificando e elencando as características que definem o modo de trabalho vivenciado pelos associados e/ou cooperados e as formas pelas quais se regem os caminhos pelos quais o negócio é trabalhado. Solicitamos sua colaboração no sentido de responder essa entrevista com precisão e possível prontidão ao roteiro aqui elaborado. Cabe destacar o sigilo relativo aos participantes. Neste estudo não há respostas certas ou erradas, bem como não haverá individualização de respostas. Esteja certo de que a sua participação é muito importante para o êxito dessa pesquisa. Ciente de sua valiosa contribuição, agradecemos antecipadamente.

Allyson da Silva Prata, orientando. E-mail: allysonprata@hotmail.com

Msc. Luiz Antônio Coelho da Silva, Professor orientador. E-mail: luidd@yahoo.com.br

QUESTIONÁRIO

NOME _____

IDADE _____ CPF _____ RG _____

ENDEREÇO _____

ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO () CASADO () DIVORCIADO () VIÚVO

GRAU DE INSTRUÇÃO _____ ANO DE TÉRMINO DOS ESTUDOS _____

TEMPO DE ASSOCIADO _____ FUNÇÃO _____

COMO É A SUA PRODUÇÃO? () APENAS PESCADO

() PESCADO E BENEFICIAMENTO

COMO VOCÊS TOMAM AS DECISÕES? () AUTOGESTÃO

() HETEROGESTÃO

A QUEM VOCÊS PRETENDEM VENDER A PRODUÇÃO? () COMÉRCIO LOCAL

() COMÉRCIO REGIONAL

() PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

() OUTROS

O QUE O LEVOU A SE ASSOCIAR?

() DESEMPREGO

() BUSCA DE NOVAS OPORTUNIDADES

() OUTROS

O QUE VOCÊ ACHA DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS?

PRODUZIRIA SEGUNDO O SISTEMA DA AQUAPONIA? () SIM () NÃO

PARA VOCÊ, O QUE É DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Assinatura do Entrevistado

Assinatura do Pesquisador

Ouro Velho/PB, em __/__/____.

APÊNDICE B - FIGURAS

Figuras A1, A2, e A3 - IMAGENS DA REUNIÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE PSICULTORES DE OURO VELHO/PB



(A1)

FONTE: Autoria própria (2013).



(A2)

FONTE: Autoria própria (2013).



(A3)

FONTE: Aatoria própria (2013).

ANEXO

IMAGENS DE UMA PRODUÇÃO BASEADA NA TÉCNICA DA AQUAPONIA

Figura A4



FONTE: <http://aquaponiadourados.blogspot.com.br/> (Acesso em 02/10/20132013).

Figura A5



FONTE: <http://aquaponia.pt/> (Acesso em 02/10/2013).

Figura A6

FONTE: http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-511345214-fertilizante-hidroponico-nutrientes-hortalicas-aquaponia-rj-_JM (Acesso em 02/10/2013).

Figura A7

FONTE: http://produto.mercadolivre.com.br/MLB-511345214-fertilizante-hidroponico-nutrientes-hortalicas-aquaponia-rj-_JM (Acesso em 02/10/2013).